Amagis
NA IMPRENSA

OUTUBRO DE 2015

ESTADO DE MINAS (BH) • 15 DE SETEMBRO DE 2015

MÁRIO FONTANA

>>mario.fontana@uol.com.br

FLASH

TIAGO PARRELA/ASCOM AMAGIS

Os desembargadores Gutemberg da Mota e Afrânio Vilela, o jornalista Bruno Gontijo, os juízes Renato César Jardim e Bruno Terra e o desembargador Llewellyn Medina, participantes do projeto Livro de Graça na Praça, em Santa Tereza

AMAGIS

DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS

Um grande número de desembargadores e juízes mineiros, principalmente da capital, participou na manhã de domingo da campanha Livro de Graça na Praça, ajudando a distribuir na Praça Duque de Caxias, em Santa Tereza, mais de 4 mil volumes, além da *MagisCultura*, a revista de literatura da Associação de Magistrados Mineiros. Foi a primeira vez que um grupo de magistrados confraternizou diretamente com o público em uma manhã informal.

ESTADO DE MINAS (BH) • 21 DE SETEMBRO DE 2015

cult...

MAGISCULTURA

Já está circulando a edição deste mês da revista *MagisCultura*, vinculada à Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis). O volume traz conto de Luiz Vilela, artigo de Rogério Medeiros Garcia de Lima sobre Tomás Antônio Gonzaga e homenagem a Augusto Ruschi, pioneiro na luta ecológica no Brasil. Jornalista e desembargador aposentado, Gutemberg da Mota e Silva assina texto sobre o escritor Stefan Zweig.

FOLHA DE SÃO PAULO (BLOG DO FRED) • 3 DE SETEMBRO DE 2015

Frederico Vasconcelos

Interesse Público

Perfil

PERFIL COMPLETO

Juízes condenam a PEC dos Cartórios

POR FREDERICO VASCONCELOS

03/09/15 ⊙ 09:10 Compartilhar 6

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) divulgaram nota técnica em que condenam a PEC 471/2015, a chamada PEC dos Cartórios.

Segundo a três maiores entidades da magistratura, a proposta "contraria frontalmente os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade, e eficiência, além de representar notório retrocesso, uma vez que permitirá a investidura na titularidade de cartórios extrajudiciais por aqueles que não se submeteram à exigência do concurso público".

CONJUR (SITE) • 3 DE SETEMBRO DE 2015

EFETIVAÇÃO SEM CONCURSO

OAB e associações de juízes criticam PEC que elimina concurso para cartórios

3 de setembro de 2015, 16h58 Imprimir Enviar por email 956 33 1

Aprovada no fim do mês passado pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional 471 pretende efetivar interinos de cartórios extrajudiciais sem exigir concurso público. A medida passou a ser chamada de PEC dos Cartórios e, desde que foi votada, tem sido alvo de fortes críticas de diversas instituições. Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo e associações de juízes afirmam que a trata-se de um retrocesso por voltar a estabelecer meios de se obter acesso à função pública que não estão abertos a toda população. A PEC ainda passará por segundo turno de votação e precisa ser analisada pelo Senado.

JORNAL POR DENTRO (CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO) • AGOSTO DE 2015

6 ENTREVISTA Edição 51 - Agosto/2015 - www.issuu.com/jornalpordentro Jornal Pordentro

Um defensor da terra

O desembargador Herbert Carneiro, natural em Conceição do Mato Dentro, é filho de é Ivoniles de Almeida Carneiro (Dona Nini) e Bruno Pires Carneiro, ex-prefeito de CMD. Formado em Direito pela Pontíficia Universidade de Minas Gerais, ele é Desembargador do Tribunal de Justiça e mestre em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos. Atualmente, ele preside a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis).

Em um bate-papo com a equipe do Jornal Pordentro, Dr. Herbert Carneiro falou não só como magistrado, como também como cidadão conceicionense, preocupado com os problemas advindos da sociedade moderna.

Recentemente, ele foi um dos desembargadores agraciados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, com o Mérito de Cidadão Honorário. Confira!

1 - A Amagis completará 60 anos. Por que escolher "exploração minerária" como tema do congresso justamente no ano que se comemora essa data?

É uma marca da Amagis debater os temas que são importantes não apenas para o Judiciário, mas também para a sociedade brasileira. São temas que impactam diretamente a todos e seus reflexos deságua no Judiciário, o que justifica a escolha do tema pela Amagis. O I Congresso de Exploração Minerária faz parte das atividades iniciais da comemoração dos 60 anos da nossa entidade. O evento discutiu os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração em Minas Gerais, em função da crescente demanda judicial envolvendo a questão minerária, já que meu objetivo é o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

2 - Como foi feita a seleção dos temas?

A Amagis formou uma comissão de magistrados com grande experiência nos temas para formular a programação científica do Congresso. A escolha dos assuntos foi pensada de forma a abranger os diversos aspectos que compõem a questão minerária – econômico social e ambiental – mas, sobretudo, levando em conta os desafios enfrentados pelos magistrados no dia a dia do trabalho.

3 - Qual sua opinião quanto à atividade mineraria no Brasil?

É uma atividade inoxerável. Os poderes públicos têm de regularizar e a sociedade tem também de receber a contraposição, mas tem de haver um diálogo. O bom seria que se buscassem meios civilizatórios, colaborativos, onde cada um desenvolvesse seu papel.

4 - O índice de violência tem crescido em Conceição. O senhor tem acompanhado a situação do município quanto à segurança pública?

Como estou a 10 anos na magistratura, sempre acompanhei os problemas da cidade. Antes, o que tinha no Fórum eram inventários, ações de banco e criminalidade (roubo contra o patrimônio). De um tempo pra cá, o número de demandas aumentou na quantidade e na diversificação das matérias (ambiental, patrimonial e propriedades). Eu mesmo já presenciei uma cena de um roubo troca de tiros à luz do dia. Tudo para manter o tráfico de drogas. A questão prisional na cidade é muito grave.

5 – Em Conceição foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento. Mas para a população, o órgão teve atuação pífia. Qual foi o propósito de sua criação?

O Conselho era de caráter consultivo e funcionou por dois anos com o propósito de possibilitar uma interlocução mais civilizada com a atividade minerária, o poder público e a sociedade. Participaram profissionais com nível mais qualificado, por conta do processo político complicado que a cidade atravessava com mudanças de gestões. O Conselho veio neste contexto para atender à sociedade. Nessa mesma época a Anglo American estava com dificuldade de implantação do projeto Minas-Rio.

6 - Há muitas ações judiciais envolvendo empresas do setor? Quais os tipos de ações?

Não há estatísticas específicas de ações que envolvam empresas do setor. Em Minas Gerais, do total de 296 comarcas, 140 tem envolvimento, direto ou indireto, com a questão minerária. São comarcas que englobam municípios (400 no total) nos quais há atuação de empresas do setor, nos seus vários ramos, e que sofrem o impacto dessa atividade econômica, gerando, várias ações judiciais que vão desde demandas na Justiça do Trabalho, tributárias, ambientais, agrárias, criminais e de direito de posse.